



O quebra-cabeças da Amazônia está sendo estudado

Uma expedição na selva para descobrir enigmas

Por Liana John, da Agência Estado

BARCELOS (AE) — Executar um zoneamento ecológico é como montar um enorme quebra-cabeças de enigmas. Neste caso um quebra-cabeças que, para ser decifrado, levou quinze dias e muitas jornais, de avião, a pé e de barco, por entre áreas, charcos, galhos, nuvens de mosquitos e espinhos.

A primeira etapa foi a mais leve: os pesquisadores examinaram os aspectos gerais da região e a dividiram em sistemas ecológicos nas imagens de satélite e de radar. Em seguida, com os mapas assim produzidos nas mãos, eles decolaram do aeroporto de Barcelos num pequeno avião para um reconhecimento aéreo. Três horas depois, voltaram com os principais sistemas identificados e com uma lista de dúvidas para serem esclarecidas em campo. As peças maiores do quebra-cabeças foram posicionadas; faltava encaixar as mais confusas.

"No sobrevôo vimos, por exemplo, que as áreas verde-turquesa da imagem de satélite são extensos palmeirais, mas ainda não sabemos por que eles estão ali e quais as espécies de palmeiras", explicou Evaristo Eduardo de Miranda, do NMA. "Minha maior surpresa foi encontrar imensas áreas de vegetação muito rala em plena linha do Equador, onde existe chuva e calor suficientes para produzir uma floresta de 500 toneladas de matéria seca por hectare", disse o botânico Jean-François Duranton, do Cirad-Prifas, um Instituto de Pesquisas Agropecuária da França. Por que essa vegetação — de menos de cinco toneladas de matéria seca por hectare — cresce no lugar da floresta era outro enigma a decifrar em campo.

Nos cerca de 500 quilômetros de margem do rio Demene foram pesquisados 31 famílias com 181 pessoas, nas comunidades de Pai Raimundo, Samauma, Pirico e Jauacá. Outras quatro ocupações são exploradas por no máximo duas famílias. Além disso, 60 índios yanomamis vivem no posto da Funai de Ajuricaba. A primeira surpresa dos pesquisadores foi constatar que o extrativismo vegetal, de castanha, sorva, piaçava e outros produtos comuns na região, não tinha peso econômico preponderante.

A mandioca como monocultura, com rendimento de duas toneladas de farinha, em média por família, para área plantada de um hectare, está dentro do padrão nacional, que lá é baixo, informa o sociólogo Renato Cabral, coordenador da pesquisa sócio-econômica. No Demene, embora as roças sejam familiares, o trabalho de colhar, moer e torrar a farinha é coletivo, uma herança indígena.

Apesar das comunidades plantarem mais de 40 produtos, a maioria furtas, todos se constituem como complemento alimentar, como mamão e milho. A extração vegetal como atividades econômicas só foi registrada entre os índios aculturados baniwa, de Pai Raimundo, que vendem artesanato feito com a fibra arumã.

Vinte e nove espécies de animais, incluindo anta, peixe-boi, paca, mutum, macaco e cotia, foram apontados como principais fontes de proteína. A quantidade retirada pelos ribeirinhos na caça e pes-

ca não representa, no entanto, ameaça ao meio ambiente, destaca Evaristo Miranda.

A criação animal, por sua vez, é muito restrita. A única que alcança números mais representativos é a avicultura, com média de 10,8 aves por família. O padrão é inferior ao registrado no sertão do Nordeste, onde a média é de 12.

Renato Cabral Frisa, no entanto, que a medida que os ribeirinhos forem adquirindo valores da cidade tenderão a migrar para centros maiores, ao considerarem insuficientes para o novo padrão de consumo os recursos a que tem acesso em suas localidades de origem.

Um exemplo disso ocorreu quando da instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967. A oferta de empregos se constituiu em fator de grande atração populacional. No censo de 70, Manaus tinha 314.197 habitantes, número que dobrou para 635.392 em 1980. As duas cidades localizadas à margem do Negro antes da embocadura do rio Demene, Novo Airão e Barcelos, perderam, respectivamente, 40% e 60% de sua população.

Novo Airão, penúltima cidade antes da embocadura do Demene, apresenta o tipo de ocupação danosa e desordenada que se quer evitar no Demene, diz Renato Cabral. Afamada como grande centro de construção de barcos de médio e grande porte do Amazonas, a ação desenfreada de madeiros fez com que a madeira itaúba, matéria-prima dessa produção, se tornasse escassa.

Para suprir a necessidade de madeira da cidade e criar uma opção de transporte para a população além do rio, o prefeito Wilson Pereira dos Santos está abrindo uma estrada de 105 quilômetros para Manaus. Apressa o trabalho comprando toda a madeira retirada da selva. "Tem madeira de sobra", garante.

A influência da atração da população por agentes externos pode ser constatada pelo NMA em Pai Raimundo, principal comunidade do Demene. Um dos ocupantes, Pedro Alves Cardoso, 44 anos, há dois no local, foi atraído de onde morava, Tabocal, último sítio antes da aldeia Yanomami, para trabalhar na extração de sorva e picava. "Meu irmão me disse que eu ia ganhar muito dinheiro", disse Pedro. Só sete anos depois ele conseguiu comprar uma nova casa.

Segundo o IBGE, em 1980 a ocupação humana na área da Cahla Norte (projeto de ocupação executado pelo Exército) era de apenas 0,17 habitantes por hectare, o que é muito baixo mesmo levando-se em conta as cidades da região. Para Evaristo Miranda, na região do Demene o Estado tem a grande chance de poder chegar antes dos vetores sócio-econômicos e parques nacionais.

Uma forma de preservar as espécies no caso de caça e pesca externa chegarem a um ponto de desequilíbrio seria o fechamento do rio aos caçadores de fora e barcos-geladeira, que arrastam o fundo com redes, nota Miranda. "Mas não adianta colocar lei para impedir um costume da sociedade, como o da caça nesta região. É necessário dar uma alternativa à população", afirma. Dessa forma, o zoneamento é o primeiro passo para organizar o espaço a longo prazo.